

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**Yuri Carvalho Machado**

**QUEM TEM MEDO DAS SEXUALIDADES JUVENIS?: TENSIONAMENTOS E  
DISPUTAS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE JOVENS  
BRASILEIROS/AS**

Juiz de Fora  
2025

**Yuri Carvalho Machado**

**QUEM TEM MEDO DAS SEXUALIDADES JUVENIS?: TENSIONAMENTOS E  
DISPUTAS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE JOVENS  
BRASILEIROS/AS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao curso de Serviço Social da Universidade  
Federal de Juiz de Fora como requisito para a  
conclusão da disciplina de Orientação de  
Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Dra. Sabrina Pereira Paiva

Juiz de Fora  
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carvalho Machado, Yuri.

Quem tem medo das sexualidades juvenis? : tensionamentos e disputas na política de educação em sexualidade de jovens brasileiros/as. / Yuri Carvalho Machado. -- 2025.

51 f.

Orientadora: Sabrina Pereira Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. educação sexual. 2. juventude. 3. políticas públicas. 4. direitos sexuais. 5. direitos reprodutivos. I. Pereira Paiva, Sabrina, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Yuri Carvalho Machado
Matrícula Discente	201968039
Título do TCC	QUEM TEM MEDO DAS SEXUALIDADES JUVENIS? TENSIONAMENTOS E DISPUTAS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE JOVENS BRASILEIROS/AS
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Profa. Dra. Sabrina Pereira Paiva
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	21/08/2025
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Profa. Dra. Sabrina Pereira Paiva (orientadora) Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte Profa. Dra. Marina Valéria Delage Vicente Mancini

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 21 de agosto de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Pereira Paiva, Professor(a)**, em 22/08/2025, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf



([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2560338** e o código CRC **628B9969**.

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO**

**GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Formato da Defesa: ( X ) presencial ( ) virtual ( ) híbrido

Ata da sessão ( X ) pública ( ) privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado QUEM TEM MEDO DAS SEXUALIDADES JUVENIS?: TENSIONAMENTOS E DISPUTAS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE JOVENS BRASILEIROS/AS , para fins de obtenção do grau de Bacharel em SERVIÇO SOCIAL, pelo(a) discente Yuri Carvalho Machado (matrícula 201968039), sob orientação da Prof.(a) Dr(a) Sabrina Pereira Paiva, na Faculdade de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 21 dias do mês de agosto do ano de 2025 , às 19 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Sabrina Pereira Paiva	Orientadora
Dr.	Marco José de Oliveira Duarte	Membro da banca
Dra.	Marina Valéria Delage Vicente Mancini	Membro da banca

\*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

**AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

( X ) APROVADO

( ) REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

#### INFORMAÇÕES

**Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.**

Juiz de Fora, 18 de agosto de 2025.

#### Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Pereira Paiva, Professor(a)**, em 22/08/2025, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Jose de Oliveira Duarte, Professor(a)**, em 22/08/2025, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Valéria Delage Vicente Mancini, Professor(a)**, em 25/08/2025, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Carvalho Machado, Usuário Externo**, em 25/08/2025, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2560333** e o código CRC **7E0FE145**.

Dedico este trabalho às sete mulheres da minha vida: Silene, Celina, Simone, Sirleia, Silmara, Solani e Sânie. Acho que sete realmente é o número da sorte. Tenho muita por ter vocês.



## AGRADECIMENTOS

*“Um brinde aos que permaneceram firmes quando deveriam ter corrido, apesar de todo o meu discurso e fúria. Um brinde aos que escondem a bala da arma; que pisam em todas as minhas besteiras, mas não me prendem.”*

(Canção “*Reasons Not To Die*”, de Ryn Weaver)

Gosto sempre de dizer que sou um mosaico das pessoas que conheço em minha vida. Cada pessoa é um “caquinho” de mim.

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe Silene, por todo o esforço, dedicação e sacrifício feitos para que eu pudesse concluir esta etapa. É um orgulho para mim poder dizer que nós dois concluímos nossas graduações no mesmo ano. Orgulho maior é poder dizer onde cheguei, sendo o primeiro membro da família a concluir a graduação em uma instituição pública, e saber que essa trajetória carrega a história de uma mãe solo, com um filho PcD, professora efetiva da rede municipal de ensino e que concluiu a graduação em Pedagogia aos 56 anos de idade. Como canta Mitski em *Your Best American Girl*, “[...] sua mãe não aprovaria o jeito que a minha mãe me criou, mas eu aprovo. Eu finalmente aprovo.” Te amo, Dona Pirro.

À minha avó, Celina, por ser a representação do amor e do cuidado. Às minhas tias Simone, Sirleia (Tuca), Silmara (Mara), Solani (Nini/Ni/Sol) e Sânie, por dividirem a maternidade com minha mãe e por me mostrarem que o tal “*sexo frágil*” não existe desde cedo.

Ao meu irmão Arthur e aos irmãos de outra mãe (mesmo que seja minha tia Sânie), Renan e Maria Eduarda (Dudinha). Aprender a compartilhar com vocês (mesmo que às vezes contra a minha vontade) me fez um ser humano mais empático.

A minha orientadora e amiga, Professora Sabrina Paiva, por ser uma bússola nesse processo de pesquisa e um abraço confortável nos momentos de confusão. Você é uma referência imensurável para mim. Palavras não são suficientes para agradecer pelo cuidado comigo.

Às professoras Marina Monteiro de Castro e Castro, Cyntia Pace Schmitz Corrêa, Ana Livia de Souza Coimbra e Estela Saléh da Cunha e ao professor Marco José de Oliveira Duarte, pelo período em que fui bolsista/voluntário nos projetos de ensino, pesquisa e

extensão coordenados por eles. Saio da graduação sabendo exatamente quais passos seguir graças a vocês.

Aos trabalhadores e ex-trabalhadores do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil da Prefeitura de Juiz de Fora, que me mostraram que a luta só se faz se for coletiva. Obrigado por me receberem tão bem e por confiarem no meu trabalho, mesmo que tão incipiente. Foi um prazer passar um ano e três meses aprendendo com vocês. Agradecimento especial aos assistentes sociais Joelma, Paulo Vitor, Alice Sandra, Patrícia, Jovita, Érica e Bruna.

À equipe da Pró-reitoria de Extensão da UFJF (TAE's, terceirizados e bolsistas), onde fui bolsista por dois anos e conheci pessoas que carregarei para a vida toda.

Às minhas *Girls*, Gabriel Piccinini (loirinha) e Mariana Lima (cacheadinha), por quebrarem uma barreira que passei construindo a vida inteira e me mostrarem que a juventude só vale a pena ser vivida se for repartida. Não é viver se não for com vocês.

Aos amigos que fiz durante minha pequena estadia no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Pablo Henrique e Yohana, por acolherem com tanto carinho um estranho numa cidade estranha.

Aos amigos que hoje posso chamar também de colegas de profissão, Letícia Evangelista, Laura Melo e Vitória Nacarate. Amo ser a Samantha Jones de vocês. Não tem um dia que não sinta falta da companhia quase diária de vocês.

Aos amigos da Faculdade de Serviço Social: Rebeca, Isadora, Marcella, Maria Eduarda Pessanha, Juliana Gonçalves e Marcelo, pelas trocas de experiências incríveis na sala empoeirada do diretório acadêmico.

À minha amiga Laura Pravato, pelos treinos noturnos e conversas profundas, mas também pelas conversas sobre elefantes que parecem Budas.

Aos meus companheiros e colegas da oficina de supervisão de estágio em saúde mental, por me mostrarem que todos merecem ser ouvidos.

Obrigado a cada “caquinho” de mim. Sou o que sou porque vocês são.

*Veja, tudo é sexo  
Exceto o sexo, que é poder  
Você sabe que poder é só sexo  
Você me fode e eu irei te foder também  
Tudo é sexo  
Exceto o sexo, que é poder  
Você sabe que poder é só sexo  
Agora pergunte a si mesmo quem está te fodendo*

(Canção “Screwed”, de Janelle Monáe e Zoë Kravitz)

## RESUMO

Esta monografia analisa a educação em sexualidade de jovens brasileiros como um campo de disputas ideopolíticas, marcado por avanços, retrocessos e resistências. Partindo de uma perspectiva construtivista, interseccional e decolonial, o estudo compreende a sexualidade como um dispositivo histórico, social e cultural, atravessado por relações de poder (desigualdades de gênero, raça, classe, etc). A pesquisa busca compreender como as políticas, programas e discursos institucionais — especialmente em nível federal — moldam o acesso da juventude aos direitos sexuais e reprodutivos. A metodologia adotada combinou revisão bibliográfica, pesquisa documental na perspectiva da análise de discurso. Foram examinados documentos oficiais, projetos de lei e materiais governamentais publicados entre 2022 e 2025, além de declarações e entrevistas de atores políticos que incidem diretamente sobre a pauta. A análise, orientada pelo olhar interseccional e decolonial, buscou compreender os discursos veiculados através dos documentos e políticas governamentais, fundamentando-se nos estudos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Compreende-se assim que a produção dos discursos, como prática simbólica e material, é atravessada pela ideologia. O referencial teórico discutiu a juventude e a sexualidade como construções históricas e culturais, desnaturalizando visões biologizantes e moralizantes. A trajetória histórica da educação sexual no Brasil foi resgatada desde suas origens higienistas no início do século XX, passando pela censura da ditadura empresarial-cívico-militar, até os avanços da redemocratização e dos anos 2000. Identificou-se que, a partir de 2013, houve um recrudescimento conservador, culminando no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), marcado pela defesa da abstinência sexual e pela transferência da responsabilidade educativa exclusivamente para as famílias. A análise do governo Lula (2023-2026) evidenciou uma tentativa de reconstrução das políticas sexuais, com ações como a cartilha “*Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora*” e o fortalecimento do Programa Saúde na Escola. Contudo, verificou-se a ausência deliberada do termo “educação sexual” em alguns materiais/projetos, indicando cautela frente à influência de forças conservadoras ainda atuantes no Legislativo e na opinião pública. O estudo identificou discursos e projetos de lei que ameaçam direitos sexuais e reprodutivos, como o PL 1904/24, que equipara o aborto após 22 semanas ao homicídio simples, mesmo em casos de estupro. Esses ataques evidenciam o caráter conflituoso e politizado da pauta, que exige resistência contínua. Conclui-se que a consolidação de uma educação sexual crítica, inclusiva e transformadora requer a superação de modelos biologizantes e moralizantes, a atuação intersetorial entre saúde, educação e

direitos humanos e a defesa intransigente dos direitos sexuais e reprodutivos como parte indissociável da cidadania e da democracia. A educação em sexualidade, neste sentido, é um instrumento de emancipação e justiça social, cuja implementação plena é urgente diante do avanço conservador no país.

Palavras-chave: educação sexual; juventude; políticas públicas; direitos sexuais; direitos reprodutivos.

## ABSTRACT

This monograph analyzes sexuality education for Brazilian youth as a field of ideological and political disputes, marked by advances, setbacks, and resistance. From a constructivist, intersectional, and decolonial perspective, the study understands sexuality as a historical, social, and cultural device, shaped by relations of power, gender, race, class, territory, and sexual orientation. The research seeks to understand how policies, programs, and institutional discourses—especially at the federal level—shape young people’s access to sexual and reproductive rights. The methodology combined literature review, documentary research, and discourse analysis. Official documents, bills, and government materials published between 2022 and 2025 were examined, along with statements and interviews from political actors directly involved in the agenda. The discourse analysis was based on the works of Michel Pêcheux and Eni Orlandi, understanding discourse as a symbolic practice permeated by ideology, and incorporated the categories of intersectionality (Collins; Bilge) and coloniality of gender (Lugones; Gomes) to deepen the critical analysis. The theoretical framework discussed youth and sexuality as historical and cultural constructs, challenging biologizing and moralizing views. The historical trajectory of sex education in Brazil was traced from its hygienist origins in the early 20th century, through the censorship of the business-civic-military dictatorship, to the advances of redemocratization and the 2000s. It was found that, starting in 2013, conservative resurgence intensified, culminating in the government of Jair Bolsonaro (2019–2022), marked by the defense of sexual abstinence and the transfer of educational responsibility exclusively to families. The analysis of the Lula administration (2023–2026) revealed an attempt to rebuild sexual policies, with actions such as the booklet *“Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora”*. However, there was a deliberate absence of the term “sexual education” in some materials/projects, indicating caution in the face of the influence of conservative forces still active in the Legislature and public opinion. The study identified speeches and bills that threaten sexual and reproductive rights, such as Bill 1904/24, which equates abortion after 22 weeks to simple homicide, even in cases of rape. These attacks highlight the contentious and politicized nature of the issue, which demands continuous resistance. It is concluded that consolidating a critical, inclusive, and transformative sexual education requires overcoming biologizing and moralizing models, promoting intersectoral action between health, education, and human rights, and unwaveringly defending sexual and reproductive rights as an inseparable part of citizenship and democracy. In this sense, sexuality education is not merely

a curricular subject but an instrument of emancipation and social justice, whose full implementation is urgent in the face of the conservative advance in the country.

Keywords: sexual education; youth; public policies; sexual rights; reproductive rights.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPS II	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CGCRIAJ	Coordenação-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COSAJ	Coordenação de Atenção à Saúde dos Adolescentes e Jovens
DGCI	Departamento de Gestão do Cuidado Integral
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HIV/Aids	HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQIAPN +	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MS	Ministério da Saúde
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PL	Projeto de Lei
PSE	Programa Saúde na Escola
SAPS	Secretaria de Atenção Primária à Saúde



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
	1.1 Premissas, categorias teóricas e procedimentos metodológicos.....	15
	<b>JUVENTUDE E SEXUALIDADE: UMA RELAÇÃO</b>	
<b>2</b>	<b>INSEPARÁVEL.....</b>	<b>20</b>
	2.1 Afinal, de qual juventude estamos falando?.....	20
	2.2 Como estamos conceituando a sexualidade?.....	22
	2.3 O aprendizado da sexualidade na juventude.....	24
<b>3</b>	<b>A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE JOVENS BRASILEIROS COMO CAMPO DE DISPUTAS IDEOPOLÍTICAS.....</b>	<b>26</b>
	3.1 A história da educação sexual no Brasil: um ponto de partida.....	26
	3.2 Governo Lula (2022-2026) e os projetos e políticas de educação em sexualidade de jovens brasileiros/as.....	33
	3.3 Quem tem medo das sexualidades juvenis?.....	38
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O campo de pesquisa das sexualidades e, especificamente, da educação em sexualidade tem se mostrado bastante diverso no quesito de discussões das diferentes áreas de conhecimento, abarcando pesquisas nos campos das ciências sociais e humanas, das ciências da saúde e das ciências biológicas. Discutir a sexualidade através do olhar das ciências sociais é, além de uma tarefa árdua, uma tarefa urgente e de suma importância no momento atual de ofensiva conservadora por setores sociais que se recusam a entender a sexualidade como dispositivo histórico, social e cultural.

As diversas experiências vividas por mim durante a graduação foram de grande valia para a escolha do tema sobre o qual me debruço. Ao ingressar enquanto bolsista no projeto de iniciação científica intitulado “A educação em sexualidade de jovens brasileiros/as: políticas, projetos e recomposição de forças na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026)”, encontrei um campo de pesquisa que viria a despertar o interesse não só em compreender as políticas sexuais, mas também em como elas se expressam quando são focalizadas no público jovem. Adentrar no campo de estágio no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil da Prefeitura de Juiz de Fora (CAPS IJ) foi um processo enriquecedor para estabelecer a relação dialética entre a teoria analisada durante a Iniciação Científica e a prática profissional com jovens em sofrimento mental, que enfrentam questões complexas relacionadas ao corpo, à sexualidade, ao gênero e à própria autonomia. Os casos acompanhados relacionados às dissidências de gênero, diversidade sexual, iniciação da vida sexual, métodos contraceptivos, medicalização da sexualidade, exploração sexual, violências sexuais e de gênero e infecção por doenças sexualmente transmissíveis mostram o grande percurso que ainda deve ser percorrido para alcançarmos uma educação sexual que compreenda e abarque as diversas complexidades das adolescências e juventudes, focando numa perspectiva de promoção da saúde e do exercício pleno das subjetividades e da liberdade dos sujeitos. Compreender a correlação indissociável entre a medicalização da vida (e, conseqüentemente, da sexualidade), a patologização da sexualidade e a loucura como construção histórica dentro do campo de estágio gerou um despertar teórico que incentivou na formulação dessa pesquisa.

Neste estudo, parto da compreensão da sexualidade a partir da perspectiva construtivista, entendendo-a como um dispositivo histórico, que abarca múltiplos sentidos, não estando apenas referida à dimensão biológica, mas bem além disto, na medida em que se apresenta e é perpassada e atravessada por elementos culturais, históricos e também normativos (Foucault, 1999). Assim, compreende-se também as sexualidades juvenis como

processos de tempos históricos, políticos e sociais, como uma construção social e, consequentemente, como campo de disputas e tensionamentos entre setores conservadores e progressistas nas sociedades contemporâneas.

[...] a sexualidade pode ser abordada em relação à família, ao parentesco, ao casamento e à aliança como constitutiva e, ao mesmo tempo, perturbadora da ordem social (antropologia e sociologia). Ela pode ser abordada, ainda, como constitutiva da subjetividade e/ou da identidade individual (psicanálise) e social (história e ciências sociais em geral); como representação (antropologia) ou como desejo (psicanálise); como um problema biológico/genético (medicina); ou ainda como um problema político e moral (sociologia, filosofia) ou, mais direta e simplesmente, como atividade sexual. (Loyola, 1999, p. 32)

Após a ascensão de grupos neofascistas e de cunho fundamentalista religioso ao poder público no Brasil (2018-2022), os ataques aos direitos humanos e à diversidade de gênero, sexualidade, raça e etnia se tornaram ainda mais frequentes, resultando em retrocessos na discussão dos direitos sexuais e reprodutivos e, consequentemente, na educação em sexualidade para adolescentes e jovens. O ator de maior destaque nesse processo de avanço das políticas conservadoras no Brasil foi o então presidente da república, J. Bolsonaro, eleito democraticamente para uma gestão que durou quatro anos (2018 - 2022). As políticas de Bolsonaro representaram não só um esvaziamento das discussões em torno da política de educação em sexualidade, mas também um processo de (des)educação em sexualidade de jovens brasileiros, adotando o adiamento da vida sexual e, consequentemente, a abstinência sexual como panaceias para a suposta “iniciação precoce da vida sexual” e para as altas taxas de gestação na adolescência. Fundadas nessa concepção de precocidade, embora não haja consenso científico de uma idade ou ciclo da vida ideais para a iniciação da vida sexual, instaurou-se um “pânico moral”, categoria teórica cunhada por Stanley Cohen (1987), em torno da discussão das sexualidades juvenis. Em consequência disto, o Estado se desresponsabiliza pelo ensino em sexualidade e concentra a responsabilidade dessa ação educativa na família, adotando, assim, uma perspectiva familista (Paiva, Brandão, 2023).

Tal medida expressa a desresponsabilização do Estado e a vulnerabilização das crianças, adolescentes e jovens, visto que além da família muitas vezes não possuiu conhecimento sobre o assunto e tratá-lo como tabu, é no seio familiar que ocorrem a maior parte dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes, segundo relatório do XIV Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

A residência continua sendo o local mais perigoso, onde 72,2% dos casos ocorrem. O local do crime é facilmente compreendido quando se sabe que, em 71,5% das vezes, o estupro é cometido por um familiar. Sim, dos estupros registrados com autoria, 44,4% foram cometidos por pais ou padrastos; 7,4% por avós; 7,7% por tios; 3,8% por primos; 3,4 % por irmãos; e 4,8% por outros familiares. Importante

registrar que 1,8% dos casos apontam a mãe ou madrasta como autora da violência (Temer, 2023 p. 206)

Em 2023, após a derrota de Jair Bolsonaro para Luís Inácio Lula da Silva nas urnas, de forma democrática, esperamos um processo de reconstrução das políticas sexuais, em especial para a população adolescente/jovem, que foram desestruturadas pelo Governo Bolsonaro. Pautado numa perspectiva de pluralidade, diversidade, na defesa dos direitos humanos e das instituições democráticas, esperamos que o Governo Lula firme, assim, uma nova abordagem das sexualidades juvenis, entendendo-as como parte indissociável do desenvolvimento humano e destacando a educação em sexualidade como grande potencializadora do processo de autonomia e autoconhecimento do sujeito, além de prevenir violências sexuais e de gênero, infecções por IST's e a gravidez na adolescência.

Entretanto, não é possível dizer que as disputas no campo da educação em sexualidade estão superadas. Pelo contrário, apesar de um representante dito “progressista” ter alcançado a cadeira da presidência, ainda é possível identificar representantes no senado, na Câmara dos Deputados e outros setores, que adotam e buscam perpetuar a perspectiva familista, biologizante e conservadora no que concerne à educação em sexualidade (Paiva; Machado; Ribeiro, 2024). A proposta deste projeto de pesquisa é compreender os discursos de atores políticos, projetos, políticas e programas que tratam sobre a educação em sexualidade, e verificar como essas disputas e tensionamentos incidem sobre a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens brasileiros/as.

### **1.1 Premissas, categorias teóricas e procedimentos metodológicos**

Adotar a perspectiva interseccional neste trabalho partiu da necessidade de compreender o público que estamos analisando e como esse público é afetado pelas disputas ideopolíticas que banham as políticas sexuais no Brasil. Buscar compreender quem são os jovens que se beneficiam da educação em sexualidade é um processo primordial para este trabalho. Com esse objetivo, busco abarcar a perspectiva interseccional para compreender as diversas juventudes que se expressam no seio da sociedade brasileira.

Desta forma, dialogo com Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) em conceituação. Como explicita Winnie Bueno em prefácio da tradução brasileira do importante trabalho das autoras, “a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, *status* de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e

problemas sociais.” Com isso, podemos entender a interseccionalidade a partir da seguinte passagem:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (Collins; Bilge, 2021)

A análise interseccional vem se tornando um tema central em pesquisas acadêmicas e movimentos sociais, principalmente em pesquisas e movimentos realizados e protagonizados por militantes do movimento pela garantia e ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos. É através dela que questionamos quais juventudes possuem ou não acesso à educação em sexualidade e aos direitos sexuais reprodutivos e quais juventudes são afetadas pelos discursos e políticas conservadoras. Entretanto, é importante salientar que a disputa acadêmica desta categoria teórica ainda é uma disputa presente, como explica Akotirene (2019, p. 30). A mesma autora ainda expõe a riqueza do feminismo negro para a investigação interseccional, pois “a proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico” (*Idem*, p. 31).

Daí também veio a busca por incorporar a perspectiva decolonial, compreendendo que em nossa sociedade tem ocorrido a manutenção das relações coloniais de poder, as quais se fazem presentes nas relações entre os países, entre países e sujeitos e entre os sujeitos, colonialidade que é “de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas” (Lugones, 2014, p. 940).

Dessa forma, a indissociabilidade da análise decolonial com a análise interseccional consiste em apreender as diversas correlações de poder entre os diversos marcadores que são postos na dinâmica de poder das sociedades colonizadas. As relações de gênero perpassam as relações de raça e vice-versa, entendendo que a sociabilidade colonial visualiza pessoas do gênero feminino que são pretas de uma forma diferente às pessoas do gênero feminino que são brancas, muitas vezes delegando historicamente o não-lugar enquanto mulheres a essas mulheres negras. A partir deste prisma histórico, é possível afirmar que “...tanto o gênero é

informado pela raça, quanto a raça é informada pelo gênero. Daí entender não ser possível falar em gênero sem pensar a colonialidade, nem falar de colonialidade sem incluir o gênero” (Gomes, 2018, p. 68).

Ao pensar o gênero como categoria de análise, encontramos diversas contradições em torno de suas concepções, principalmente nos campos de disputas ideopolíticas que rondam as políticas sexuais e de gênero no Brasil. Por um lado, vemos narrativas vinculadas a setores conservadores que visualizam o gênero como categoria natural, inerentemente em sincronização com o sexo, considerando ambas as mesmas categorias de análise. Entretanto, destaco neste trabalho a posição de Ann Oakley (2016, p. 64), que distingue a posição social dessas duas categorias e as diferencia entre si: “sexo é um termo biológico; ‘gênero’, um termo psicológico e cultural.”

A partir deste panorama de diferenciação entre as duas categorias de disputa no campo dos movimentos sociais, acredito ser importante questionar qual o papel e a função social do gênero. Para isso, creio ser imprescindível recorrer aos estudos decoloniais para buscar respostas em relação a essa representação social do gênero. Gomes (2018) também denota a importância de questionar o gênero como uma categoria moderna e ocidental, além de levantar a construção de gênero pautada num ideal branco, binário e europeu, tendo como ponto de análise a performatividade do gênero.

E isso significará pensar que se há um “ideal” do gênero, como aponta a teoria da performatividade, esse ideal não é apenas um ideal heteronormativo, mas também um ideal branco: nesse processo relacional do colonialismo que é ou que se sustenta como poder por ser processo de desumanização do “não-europeu” que atribui a este o lugar da natureza e do corpo – desprovidos de cultura e desprovidos de razão – a dimensão generificada do humano também lhe é negada e se atribui a estes apenas o sexo. (Gomes, 2018; P. 78-79)

Além disso, também coloco essa pesquisa sob a perspectiva da colonialidade do poder, categoria cunhada por Aníbal Quijano (2005). Segundo o autor, “a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus” (Quijano, 2005, p. 122), justamente pela perspectiva de inferiorização dos povos colonizados por parte do pensamento eurocêntrico. O autor ainda afirma que “as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno” (Quijano, 2005, p. 122).

Compreender esses paradigmas da colonialidade nos permite refletir sobre quais as contradições da formação social brasileira e fundações da sociedade moderna e,

especificamente, da sociedade brasileira e como ela afeta o processo de aprendizado do gênero e da sexualidade dos jovens. Entender as diversas interpelações que ocorrem na vida social e, conseqüentemente, sexual destes jovens se faz parte inalienável deste trabalho, pois é importante analisar minuciosamente os diversos marcadores sociais que incidem sobre o processo de aprendizado da sexualidade ou ao processo de deseducação em sexualidade.

Para analisar as sexualidades, busco compreendê-las a partir dos estudos decoloniais feministas (especialmente lésbicos). Como explorado por Tolentino e Batista (2017, p. 47), “a colonização promoveu com brutalidade uma exploração inimaginável aos corpos colonizados. [...] Essas intervenções e ações violentas acabaram por ‘generizar’ os colonizados, colocando em posições binárias e hierárquicas.”

As autoras ainda buscam empreender o fenômeno da heterossexualidade compulsória como um fator produzido pela sociedade patriarcal e para suprir as necessidades do capitalismo moderno, sendo assim cria-se uma narrativa de ‘naturalidade’ da heterossexualidade, como se ela fosse a sexualidade natural dos seres humanos, fortalecendo a narrativa biologizante que circunda as sexualidades e enraizando dentro do seio da sociedade patriarcal a noção de “anormalidade” das sexualidades dissidentes. Segundo as autoras, “a heterossexualidade é uma instituição e um regime político que define e organiza as relações sociais” (Tolentino; Batista, 2017, p. 48).

Conhecer esses fatores é de grande importância para compreender os discursos proferidos pelos movimentos sociais conservadores que tentam a todo momento inviabilizar a discussão de pautas relacionadas às sexualidades, especialmente às sexualidades juvenis. Entender com quais objetivos esses agentes atuam é um dos pilares deste trabalho.

Metodologicamente, a pesquisa foi organizada em três etapas. Em primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica, buscando fundamentar teoricamente a pesquisa. Segundo Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Com isso, utilizei acervos eletrônicos de produções científicas, como SciElo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e livros que debatem a temática. Para realizar a busca em materiais eletrônicos, foram feitas buscas por meio de palavras-chaves, como: sexualidades juvenis; educação em sexualidade; saúde sexual; direitos sexuais e reprodutivos.

Paralelamente, foi realizada uma pesquisa documental, buscando compreender os materiais governamentais disponibilizados publicamente. A busca foi realizada em sítios eletrônicos governamentais em busca de normas técnicas, cartilhas, projetos de lei e outras categorias, no período de 2022 - 2025. Entre os materiais analisados estão inclusos os

materiais disponibilizado pela gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (Cartilha *Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora* e NOTA TÉCNICA Nº 2/2025-COSAJ/CGCRIAJ/DGCI/SAPS/MS – Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência - “*Prevenção da Gravidez na adolescência, promovendo a saúde e garantindo direitos*”). e os Projetos de Lei (PL) tramitados ou tramitantes na esfera política federal.

Concluídas ambas etapas, foram formuladas análises dos discursos dos agentes políticos que incidem diretamente sobre o âmbito federal e que compõem o campo de disputas em torno das políticas de educação em sexualidade. O discurso, segundo Orlandi (2005, p. 71),

[...] É um processo em curso; Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica. Um sujeito não produz só um discurso; um discurso não é igual a um texto.

Entender o discurso, sua definição e como ele opera em uma sociedade cujo embate dos discursos políticos ocorrem de forma cotidiana é central para esse trabalho. Em primeira instância, acredito ser importante abordar a interpelação dos sujeitos pela ideologia, que consequentemente interpela também o discurso. “É pela ideologia que o sujeito se reconhece como autor de sua própria fala” (Pêcheux, 2009, p. 64). Através desta perspectiva, busco desbancar a ideia de um “discurso neutro”, entendendo que “a linguagem não é transparente, pois está atravessada pela ideologia” (Pêcheux, 2009, p. 67). Com isso, utilizando de Althusser, Pêcheux afirma que “‘Não se pode sair da ideologia’ (Althusser, *apud* Pêcheux, 2009, p. 64), o que quer dizer que todo discurso é atravessado por ela.”

O que busco abarcar é a impossibilidade dos sujeitos de significar por si próprios, pois são submetidos a uma ordem discursiva já instaurada, que ganha sentido histórico e ideológico. “O sujeito não é livre para significar, ele está submetido à formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2009, p. 111). Desta maneira, o autor entende o discurso como uma repetição e uma reprodução, pois “todo dizer está atravessado por uma memória discursiva que lhe dá sustentação” (Pêcheux, 2009, p. 119), mostrando assim que “o discurso nunca é inaugural; ele retoma, repete, reinterpreta” (Pêcheux, 2009, p. 120).

A partir destas premissas, parto para a análise de discurso como instrumento metodológico de pesquisa. Para Orlandi (2005, p. 15), “a análise de discurso se ocupa da relação entre linguagem e sentido, compreendida a partir da constituição histórica dos sujeitos”. O objetivo que estabeleço ao adotar a análise de discurso como instrumento é o de



compreender “o processo de significação, ou seja, a produção de sentidos pelos sujeitos em suas condições de produção” (Orlandi, 2005, p. 17).

Ao determinar quais atores políticos analisarei os discursos, também determino suas posições ideológicas e o lugar que ocupam na formação social e política. Como dito por Orlandi (2005, p. 36), “as condições de produção dizem respeito ao lugar do sujeito na formação social, às suas determinações ideológicas, às suas posições de classe”. Com isso, é possível determinar seus alinhamentos ideopolíticos sobre a educação em sexualidade e como eles se expressam através do discurso.

Assim, foram analisadas entrevistas, debates e reportagens que expressam os discursos proferidos por esses personagens políticos, a fim de compreender quais concepções de sexualidade, educação em sexualidade e sexualidades juvenis são defendidas por eles. Alguns dos agentes/cargos políticos cujos discursos foram analisados são: presidente; vice-presidente; ministras/os da saúde, educação, mulheres, direitos humanos e cidadania; membros da comissão de educação; membros da comissão de saúde, membros da comissão de direitos humanos, minorias e igualdade racial. Assim, foi possível apreender a intersectorialidade da discussão em torno da política de educação em sexualidade e os discursos proferidos nesses diversos campos de atuação política.

## **2 JUVENTUDE E SEXUALIDADE: UMA RELAÇÃO INSEPARÁVEL**

### **2.1 Afinal, de qual juventude estamos falando?**

Busco apresentar neste item a concepção de que a adolescência é um processo historicamente e socialmente construído, que é demarcada por aspectos biofisiológicos, psicológicos e sociais e que o conceito de adolescência é um “constructo historicamente datado e, na civilização ocidental moderna, corresponde ao período de passagem da infância à idade adulta, que foi sendo expandido com o desenvolvimento da urbanização e com o aprofundamento das relações econômicas de mercado” (Pirota & Pirota, 2005, p. 75).

Em seguida, penso ser imprescindível a delimitação das adolescências como campo de experiência, descobrimento e conhecimento do corpo, da sexualidade e do gênero. Segundo Heilborn (2006a),

A adolescência caracteriza-se por diversas transições, sendo a passagem à sexualidade com parceiro a de maior repercussão. O aprendizado da sexualidade, contudo, não se restringe àquele da genitalidade, tampouco ao acontecimento da primeira relação sexual. Trata-se de um processo de experimentação pessoal e de impregnação pela cultura sexual do grupo, que se acelera na adolescência e na

juventude. O aprendizado constitui-se na familiarização de representações, valores, papéis de gênero, rituais de interação e de práticas, presentes na noção de cultura sexual.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n.º 8.069, de 13/7/1990, em seu Artigo 2º, “considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” O século XX é marcado por fortes transformações no período da vida nomeado juventude. Agora marcados por uma autonomia sexual, que é precedida por uma autonomia social, as crianças e adolescentes ganham a possibilidade de passarem a ser vistos como sujeitos de direito, principalmente após a instauração da lei supracitada.

A possibilidade de viver uma verdadeira juventude, outrora um privilégio social limitado, pouco a pouco se generalizou, de formas diversas, ao conjunto da faixa de idade. A passagem da adolescência à idade adulta passou a durar mais tempo, e as etapas de transição foram dessincronizadas (Bozon, 2004, p. 69)

Ancorado na perspectiva dos direitos humanos, o campo de discussão dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens brasileiros torna-se terreno propício para debater questões como: direito ao aborto, prevenção da gravidez na adolescência, direitos da população LGBTQIAPN+, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e de abusos sexuais.

É importante destacar que defendo a perspectiva de que a juventude não se desenvolve como experiência homogênea e universal. Pautado na perspectiva da interseccionalidade, busco abordar o conceito de “juventudes”, compreendendo os marcadores de raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, classe social e cultura como decisivos e de suma importância para compreender as relações dinâmicas entre juventude e sexualidade.

As infâncias e juventudes têm sido alvos de discussões que ultrapassam o campo de discussão dos gêneros e sexualidades juvenis. A redução da maioridade penal e o aumento do trabalho infantil são alguns dos assuntos que vêm ocupando pauta nos debates políticos e midiáticos. O Código de Menores, vigorado entre 1927 e 1990 e revogado e substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente mostra um avanço significativo para os direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, mas também encontra oposições frente a setores mais conservadores que defendem a redução da maioridade penal (atualmente, de 18 anos completos) e da aprovação do trabalho infantil.

Com a instituição do paradigma da proteção integral, crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que devem ser prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado. O Estatuto, ao forjar a concepção da criança e do adolescente como sujeito de direitos, se coaduna a um movimento global de

afirmação dos direitos humanos como direitos de cidadania. Está ligado a um projeto de sociedade calcado na garantia dos direitos humanos e demanda a construção de uma nova relação do mundo adulto com a infância e adolescência, já que nossa sociedade foi historicamente autoritária e tutelar com essas categorias sociais. Está colocado o desafio de reflexão acerca dos valores e concepções construídos historicamente em relação às crianças e adolescentes e que se traduzem em políticas e programas de atendimento no país (Leite, 2012)

É de suma relevância salientar, por via da análise interseccional, que a juventude mais vulnerável no Brasil é a juventude negra, resultando também em uma maior vulnerabilidade em casos de violência sexual, gravidez na adolescência, exploração sexual e contaminação por ISTs. Segundo Reinach e Barros (2023), em dados expostos no 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, as vítimas negras (pretas e pardas) de estupro são a maior parte em praticamente todas as idades. Isso registra um panorama de gravidade para a juventude brasileira, pois o mesmo anuário explicita que o estupro é o tipo de crime com maior número de registros contra crianças e adolescentes do Brasil. De acordo com o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, há uma predominância de pessoas negras vítimas de estupro e estupro de vulnerável: em 2021, elas representaram 52,2% do total de vítimas, sendo que 46,9% eram brancas, 0,5% amarelas e 0,4% indígenas. Em cerca de 79,6% dos casos, o autor era conhecido da vítima. Os marcadores de gênero, raça, território e sexualidade sempre se fazem presentes.

Em 2022 foram quase 41 mil vítimas de 0 a 13 anos, das quais quase 7 mil tinham entre 0 e 4 anos, mais de 11 mil, entre 5 e 9 anos, mais de 22 mil entre 10 e 13 anos e mais de 11 mil entre 14 e 17 anos. Dentre as vítimas do sexo feminino, existe um pico de casos entre 3 e 4 anos de idade e, a partir dos 9 anos, o número de casos aumenta e alcança o seu maior valor com vítimas de 13 anos. Dentre as vítimas do sexo masculino, apesar de se tratar de menor quantidade de casos, o pico se dá aos 4 anos de idade. No mapa, é possível perceber que os crimes de estupro de crianças no Brasil se espalham por todo o território nacional, especialmente nos estados do Norte, Centro-Oeste e Sul. Os estados de Roraima, Mato Grosso do Sul e Amapá lideram, com taxas de mais de 200 estupros entre vítimas de 0 a 17 anos a cada 100 mil habitantes. (Reinach e Barros, 2023, p. 190-191)

## **2.2 Como estamos conceituando a sexualidade?**

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a sexualidade não é sinônimo de relação sexual. A sexualidade compõe um escopo maior de sentimentos em relação ao próprio corpo, às relações sociais com outras pessoas, à saúde mental e outros diversos fatores.

A sexualidade faz parte da personalidade de cada um, é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito (relação sexual) e não se limita à ocorrência ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas, e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, portanto, a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada um direito humano básico (Organização Mundial da Saúde, 1975, *apud* Vivendo a Adolescência, 2022).

Para Foucault (1999, p. 99-100), “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” A conceituação de controle consiste em regular qualquer forma de sexualidade que venha a ser manifestada na sociedade por qualquer sujeito.

A educação em sexualidade pode ser entendida como um dos processos de exercício desse controle quando utilizada para responder aos interesses do biopoder. A iniciação da devassidão é vista através de lentes conservadoras como consequência da formação de uma família “menos abastada”, onde a disciplina sexual não se fazia presente da mesma forma que em famílias abastadas, havendo assim a patologização e estigmatização destes núcleos familiares mais vulneráveis. Este novo questionamento das sexualidades juvenis marca, assim, um dos procedimentos de constituição desse novo dispositivo de sexualidade. Segundo Foucault (1997, p. 51),

O indivíduo “anormal”, que é considerado desde o final do século XIX por tantas instituições, discursos e saberes, deriva ao mesmo tempo da exceção jurídico-natural do monstro das multidões, dos incorrigíveis, detidos pelos aparelhos de adestramento, e do universal secreto das sexualidades infantis.

Cria-se, assim, a perspectiva que perdura até hoje: o pânico moral, que permeia o processo de conhecimento da própria sexualidade por parte dos jovens. É instaurada, assim, a lógica de censura (Foucault, 1999): afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista. Neste viés, como discutido por Bozon (2004, p. 68),

[...] o comportamento sexual dos jovens tornou-se alvo de uma redobrada política moralizadora, em que os grupos religiosos conservadores estão na ofensiva, especialmente em escala local. É importante observar que, de acordo com estudos

comparativos realizados sobre esse assunto, os alunos dos estabelecimentos escolares em que é ensinada a abstinência estrita iniciam a sua vida sexual na mesma idade dos outros que não receberam essa orientação, mas com uma taxa mais baixa de uso da contracepção.

Também me ancoro no estudo de Gayle Rubin, que busca compreender as guerras sexuais contemporâneas. A autora afirmava que:

Por mais de um século nenhuma tática para tratar da histeria erótica tem sido tão confiável quanto a proteção das crianças. A onda contemporânea de terror erótico se aprofundou ao máximo nas áreas nas quais se faz fronteira, mesmo que apenas simbolicamente, com a sexualidade dos jovens. (Rubin, 2012, p. 6)

Incorre, dessa maneira, a desresponsabilização do Estado pelo processo do ensino em sexualidade e, conseqüentemente, não a tratando como questão prioritária, e se estabelecem disputas para que tal lógica permaneça vigente ou se reformule.

Heilborn (2006) afirma que os jovens estão desempenhando um papel gradativamente mais relevante em sua própria socialização, o que vem atraindo interesse de estudiosos pela observação na tendência de mudança dos processos sociais.

Atualmente, o tema da sexualidade juvenil está internacionalmente na ordem do dia. Observa-se hoje que na socialização das gerações mais jovens há um relativo declínio da importância da família na transmissão de valores relativos à sexualidade e uma crescente influência da escola, não como disciplinadora da conduta, mas cada vez mais como propiciadora de novas interações entre iguais [...] Verifica-se uma horizontalização dos processos de socialização, na qual os jovens são produtores de novas condutas (Heilborn, 2006, p. 50).

Com a chegada da adolescência, novos roteiros sexuais são introduzidos ao cotidiano do sujeito, onde a sexualidade torna-se fator importante e cujo determinado período torna-se propício à iniciação da vida sexual com parceiro. “Uma determinada concepção de sexualidade está em jogo quando da entrada na vida sexual, intimamente vinculada com o uso social do corpo, sendo este modelado pelas normas culturais” (*idem*).

É de suma valia explicitar que os papéis de gênero na formação da sexualidade humana se diferem em decorrência de fatores culturais e históricos. Como exposto por Heilborn (2012, p. 61),

Embora transformações sociais contemporâneas tenham promovido mudanças nas convenções sexuais e em certa medida nas relações de gênero no Brasil, a cultura sexual no país continua marcada fortemente por uma categorização de gênero que reserva atitudes e qualidades contrastivas para homens e mulheres. Na construção do gênero feminino há uma subsunção do sexo à afetividade, frequentemente referida pela literatura socioantropológica como uma dimensão relacional do gênero feminino. Já a sexualidade nos homens é socialmente modelada no sentido de ser portadora de sentido em si mesma, como se retivesse uma intrínseca qualidade

instrumental, sendo a disposição para a atividade sexual e a valorização do número de parceiros bons exemplos disso.

Tal afirmação é basilar para compreender as relações patriarcais de gênero e sexo que permeiam a trama das sexualidades juvenis. É durante a adolescência que esses papéis são estabelecidos mais claramente e onde surgem formas de subversão, mesmo que incipientes, à norma patriarcal e cis-heteronormativa.

### **2.3 O aprendizado da sexualidade na juventude**

Guaciara Lopes Louro (2000) explora a perspectiva de que o corpo humano seria educado, logo é exercida uma pedagogia disciplinadora da sexualidade sobre esse corpo. Inerentemente, os espaços para esse processo de educação do corpo são diversos. Entre eles, podemos citar família, grupos sociais, dispositivos de saúde e etc. Entretanto, neste trabalho, busco ajustar os holofotes para um espaço que considero ser sinônimo do processo disciplinador do corpo jovem: a escola.

Louro destaca o papel que a escola desempenha no ensino do próprio corpo. Segundo a autora,

O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base da escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres "de verdade". Em que consistia isso? Existiam (e, sem dúvida, existem) algumas referências e critérios para discernir e decidir o quanto cada menino ou menina, cada adolescente e jovem estava se aproximando ou se afastando da "norma" desejada. Por isso, possivelmente, as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado mas sim se referem a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual (Louro, 2000, p. 11).

É através dessa lente que busco abordar a escola como um potencial espaço de desenvolvimento das sexualidades e do gênero, mas também como potencial local de repressão de tais características humanas. O modelo de escola que temos hoje, uma escola que reprime as subjetividades e serve como instância executora do poder, tende a invisibilizar e calar as diversas expressões de identidades e sexualidades.

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos

de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas (Louro, 2000, p. 15).

A partir disto, munido da perspectiva construtivista, compartilho da perspectiva de Louro, que visualiza a sexualidade não apenas como característica biológica e natural, mas também como construto dos processos históricos e sociais,

As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (Louro, 2000, p. 3)

A escola serve, historicamente, como ambiente de ensino e aprendizagem da sexualidade. Entretanto, cabe a nós nos questionar: o ensino de qual sexualidade? Compreendendo a lógica hegemônica, a escola surge como espaço de produção e reprodução da heteronormatividade vigente, que é acompanhada pela produção da rejeição da homossexualidade, representada muitas vezes por declarada homofobia (Louro, 2000, p. 17). Esta homofobia se reflete pela rejeição, pelo escárnio, pela violência física e pelo desprezo.

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo — inato a todos — deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento, mantém-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância (Louro, 2000, p. 20).

Sendo assim, há uma vigilância sobre a sexualidade juvenil, compreendida pela escola como algo a ser reprimido ou, em outras medidas, transferidas para uma discussão privatista e familista no âmbito do seio familiar, onde também não há garantia de discussão sobre determinado tema. A discussão de uma escola que entenda a pluralidade e diversidade de seus alunos perpassa, também, pela compreensão da necessidade de uma política de educação que compreenda esses fatores através de um prisma não-moralizante, educativo e que promova a perspectiva dos direitos humanos.

Além de tudo, é importante visualizar a escola e os locais de produção de políticas como campo de disputas, com projetos em embate. Desconstruir e reformar a atual educação em sexualidade passa por combater esses tipos de opressão em todos os âmbitos sociais. É necessário que a escola não seja apenas espaço de legitimação de apenas algumas

sexualidades em detrimento de outras, mas seja o espaço de todas as sexualidades que se expressam naquele ambiente e além dele. É de grande importância destacar que sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. Compreender esse campo de disputas políticas e analisar quais são os pilares históricos construídos que mantêm a lógica repressiva das sexualidades faz parte da proposta deste trabalho.

### **3 A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE JOVENS BRASILEIROS COMO CAMPO DE DISPUTAS IDEOPOLÍTICAS**

#### **3.1 A história da educação sexual no Brasil: um ponto de partida**

Compreender o surgimento da chamada “educação sexual” no Brasil surge da necessidade de compreender as diversas forças de tensionamento que permeiam esse campo de disputas, além de destacar os diversos projetos em disputa e sob qual arcabouço histórico repousa a educação sexual de hoje. Além disso, é a partir desse ponto que me questiono: os modelos de educação sexual apresentados ao longo da história compreendiam as diversas nuances das juventudes brasileiras? Tal debate nos leva a refletir sobre os modelos de educação em sexualidade superados e os em vigência, apontando visões conservadoras e/ou progressistas dentro das políticas sexuais, que sofrem influências de tempos políticos e históricos.

Figueiró (1998, p. 124) expõe que os primeiros trabalhos de educação sexual se deram no começo do século XX, especificamente nas décadas de 20 e 30. Além disso, a autora acrescenta que muitos educadores e médicos participaram na defesa da educação sexual nas escolas, entretanto esse interesse não permeava a noção de ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos e nem a diversidade das sexualidades juvenis, mas sim alinhados ao interesse de evitar as denominadas “perversão moral, psicoses sexuais e a degeneração física”, buscando preservar a “saúdável reprodução da espécie”. “Os objetivos eram os mesmos que fundamentavam o aumento das oportunidades educacionais para a mulher e, em nenhum desses casos, estava havendo a preocupação com a reestruturação dos papéis sexuais. (*idem, ibid*).”

Além disso, “José de Albuquerque fundou em 1933 o Círculo Brasileiro de Educação Sexual fundamentada em uma visão de Educação Sexual sob a perspectiva da sociologia, psicologia, criminologia e pedagogia” (Ribeiro; Monteiro, 2019, p. 1254).



Figueiró ainda destaca o grande poder da Igreja Católica de frear as iniciativas de educação sexual, referindo que, antes dos anos 1960, apenas as escolas protestantes ou aquelas que não tivessem vínculo religioso tiveram experiências com o ensino sexual, mesmo sendo apenas algumas. Denota, também, a primeira iniciativa de incluir a Educação Sexual num currículo escolar, no Colégio Batista do Rio de Janeiro, na década de 1930.

Com a chegada da década de 60, Figueiró (1998, p. 125) expõe que houve forças de expansão e repressão no campo da educação em sexualidade. Segundo a autora, “o maior número de experiências de implantação de programas de Educação Sexual no Brasil foi registrado na década de 60”. Destaca as experiências do Colégio de Aplicação da USP, realizada de 1963 a 1968, e era desenvolvida dentro do que se chamava “orientação de grupo”. “A inserção da educação sexual na orientação de grupo, como uma resposta à demanda explícita dos alunos, determinou em grande parte o sucesso do trabalho” (Figueiró, 1998, p.126).

Apesar de determinado avanço, a autora destaca que os

“acontecimentos políticos de grande envergadura no final da década de 60 e, em boa parte da de 70, influíram negativamente no processo, fazendo mudar o rumo que vinha tomando a história das experiências de implantação de programas de Educação Sexual no país, como um todo” (Figueiró, 1998, p. 126)

Entre os acontecimentos históricos que foram responsáveis pelo impedimento do desenvolvimento da educação sexual no Brasil está a Ditadura Empresarial-cívico-militar, responsável pelo cerceamento das liberdades individuais, criminalização dos movimentos sociais e retirada de direitos políticos e, consequentemente, sexuais e reprodutivos da população brasileira. As ações do governo ditador incluíram a censura prévia de livros e jornais e a política de planejamento familiar pró-natalista. As medidas puritanistas, autoritárias e repressivas que assolavam o país proibiam o acesso a informação sobre métodos contraceptivos, enquanto perseguia minorias sexuais, como membros da comunidade LGBT. “Podemos considerar que a ação repressiva em relação à educação sexual ocorreu com o AI-5, de 1968, no entanto isto não significou que houvesse uma moralização exacerbada dos costumes ou uma proibição total e abrangente de se falar de sexo” (Ribeiro; Monteiro, 2019, p. 1255).

Entretanto, Figueiró destaca uma retomada da educação sexual em 1978. Segundo a autora,

Felizmente, em 1978 o espaço para a Educação Sexual no Brasil é reconquistado; porém, a abertura não se deu de maneira homogênea. Um conjunto de

acontecimentos repressivos ainda continuaram acontecendo (inclusive na década de 80), apesar do abrandamento geral da censura oficial e oficiosa no final dos anos 70. É realizado em São Paulo, em 1978, o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas e, a partir daí, outros eventos científicos foram desencadeados. (Figueiró, 1998, p.126).

O advento da redemocratização do país e a instituição da Constituição Federal de 1988 trouxe avanços que antes haviam sido interrompidos pelo Golpe de Estado de 1964. A instituição do Estado de Direito foi capaz de trazer à tona novamente a perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos e, conseqüentemente, o processo de educação em sexualidade dos jovens brasileiros. “A volta da democracia estimulou a liberdade de expressão e, conseqüentemente, falar de sexo não era mais proibido” (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019, p. 1257).

Já em 1997 e 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais trouxeram a orientação sexual como tema transversal, com a intenção de possibilitar um currículo flexível, aberto e que estimulasse um aprendizado das questões da vida real para transformá-la (Barbosa; Viçosa; Folmer, 2019, p. 3). Segundo as autoras, essa abordagem propunha a valorização dos direitos sexuais, prevenção da gravidez e do abuso.

O ano de 2001 marca um grande avanço no campo da educação em sexualidade: o Plano Nacional de Educação adere à inclusão de questões de gênero e sexualidade nos objetivos de formação docente.

Em 2001, um importante documento para o campo da Educação tornou-se pauta de relevantes discussões: o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001), documento que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional que vigorou até o ano de 2010. Nos objetivos e metas para os cursos de formação docente, incluíam-se nas diretrizes curriculares os estudos de temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se referem às abordagens de gênero, educação sexual, ética, saúde e temas locais. Porém, o referido PNE não foi permanentemente colocado em prática e muitos de seus objetivos e metas foram parcialmente ou não foram contemplados. (Barbosa; Viçosa; Folmer, 2019, p. 4)

Apesar desses avanços, o Plano Nacional de Educação de 2014-2024 trouxe diversos retrocessos, retirando as menções a gênero, orientação sexual e diversidade, além da base Comum Curricular de 2017 que reduziu a sexualidade à reprodução e DSTs, apenas no 8º ano de Ciências. Essas ações mostram a investida conservadora que sempre esteve presente na formulação das políticas sexuais, mas que retorna com certa intensidade a partir de 2013. As autoras, assim, informam que “observou-se um movimento de silenciamento da sexualidade nos documentos mais recentes” (p. 5).

Em conjunto com as informações anteriormente trazidas, tratar sobre a política de educação sexual é reconhecê-la como importante campo de disputas políticas e ideológicas, onde interesses se convergem e resultam em medidas e ações governamentais progressistas ou conservadoras.

A educação em sexualidade que busco tratar possui um conceito amplo, porém com uma definição bastante demarcada e com objetivo delimitado. Neste trabalho, busco incluir a educação em sexualidade como parte indissociável dos direitos sexuais (forjados a partir dos anos 90) e reprodutivos, como direito de acesso à saúde, à educação e à cidadania.

Os desafios da efetivação de uma educação em sexualidade que cumpra com os objetivos de garantia e ampliação dos direitos sexuais de jovens brasileiros decorrem de vários fatores. Há ainda uma dificuldade em se trabalhar a transversalidade dos conteúdos de gênero e sexualidade nas escolas, pois o assunto ainda é reduzido ao aspecto biologizante e relacionando o corpo apenas como um conjunto de peças e aparelhos reprodutores, sendo tratado apenas pela disciplina de ciências (Carrara et al., 2009). A abordagem da sexualidade continua sendo realizada exclusivamente na perspectiva do risco de doenças, para prevenir os problemas de saúde como forma de controle de agravos (Palma et al., 2015).

Relevante destacar o papel preventivo da educação sexual, apesar de não torná-lo centro definitivo das ações educativas. Em uma rápida pesquisa no buscador *Google*, é possível encontrar diversas notícias sobre vítimas de violência sexual que denunciaram seus abusadores após terem aula sobre educação sexual (CRIANÇA DENUNCIA PADRASTO POR ESTUPRO APÓS ENTENDER ABUSOS EM AULA SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL, EM PONTA GROSSA., 2024).

Muito além do caráter preventivo, a educação sexual também possibilita a construção de cidadãos que compreendam e respeitem a diversidade sexual e de gênero. O Programa Brasil Sem Homofobia firmou o objetivo de enfrentar a homotransfobia também no espaço escolar, com medidas para o ensino do respeito pela diversidade. Um dos objetivos para a Política para a Juventude inclui: “Apoiar a implementação de projetos de prevenção da discriminação e a homofobia nas escolas, em parceria com agências internacionais de cooperação e com a sociedade civil organizada” (Brasil, 2004, p. 25). Além disso, destaca a escola como um possível ambiente hostil para a população LGBTQIAPN+, sendo urgente a inserção de uma educação sexual que debata para além dos conhecimentos biológicos sobre o corpo e retrate também assuntos como diversidade, raça e etnia.

No que se refere ao ambiente escolar, não se pode deixar de registrar alguns dados de recente pesquisa feita pela UNESCO, envolvendo estudantes brasileiros do ensino fundamental, seus pais e professores, e revelando que os professores não apenas tendem a se silenciar frente à homofobia, mas, muitas vezes, colaboram ativamente na reprodução de tal violência. Essa pesquisa, realizada em quatorze capitais brasileiras, também, revelou que mais de um terço de pais de alunos não gostaria que homossexuais fossem colegas de escola de seus filhos (taxa que sobe para 46.4%, em Recife), sendo que aproximadamente um quarto dos alunos entrevistados declara essa mesma percepção. (Brasil, 2004, p. 18)

Outro potente material elaborado foi o Caderno Escola Sem Homofobia, alvo de críticas por parte de setores mais conservadores da sociedade brasileira. O material, voltado para o público infantil que discutia gênero, sexualidade, cidadania e diversidade, foi apelidado de “kit gay” e foi vetado pela Bancada Evangélica da Câmara dos Deputados.

Renovar a tradicional educação sexual biologizante, preventista, higienista e normativa é, acima de tudo, um tensionamento político. Ao defender uma educação sexual que trate transversalmente sobre gênero, corpo, prazer, sexualidade, diversidade, consentimento e violência, há um movimento contrário de movimentos sociais e agentes políticos que adotam uma política “antigênero”, pautada numa perspectiva de defesa de uma família cis-heteronormativa, que acusa o Estado de “desvirtuação” da população jovem ao ofertar a educação sexual. Como explorado por Leite (2019),

as expressões de sexualidade e gênero infanto-juvenis tiveram muita visibilidade no período eleitoral em relação àquilo que uma matéria da Agência Pública chamou de “eleição do kit gay”. Foram ressuscitados materiais quando da polêmica envolvendo o Escola sem Homofobia em 2011, e o “kit gay” transformou-se em um dos principais artefatos da campanha do presidente eleito do país, Jair Bolsonaro.

Tal fato resultou em uma caçada à educação sexual no Brasil, culminando em medidas conservadoras dentro da política brasileira que perduram até os dias atuais. Segundo Carvalho e Sívori (2017),

na arena da política educacional, a entrada da discussão sobre questões de gênero e sexualidade no currículo escolar tem ativado uma ferrenha resistência conservadora e servido de palco privilegiado para uma contenda que articula à disputa histórica em torno do papel de atores religiosos no campo da educação pública em diversos países.

Ao mesmo tempo, realizam-se ataques aos direitos sexuais já conquistados e são estabelecidas disputas no campo da política para a revogação desses direitos. Podemos citar entre eles a união estável reconhecida civilmente de casais homoafetivos, a adoção de crianças e/ou adolescentes por esses mesmos casais, o acesso gratuito e de qualidade à terapia hormonal e cirurgias de afirmação de gênero para pessoas transexuais e travestis. No que

tange aos direitos reprodutivos, o que podemos dizer das barreiras de acesso ao aborto legal, seguro e gratuito a vítimas de estupro? Segundo matéria da revista jornalística Marie Claire publicada em outubro de 2023, mais de 5 mil meninas vítimas de estupro deram à luz no Brasil até junho de 2023. Paiva e Brandão (2023b) relatam em seu artigo os empecilhos judiciais e, acima de tudo, moralizantes que estas meninas, em sua maioria pobres, enfrentam no processo de acesso ao direito da interrupção da gravidez decorrente de estupro. É notável a movimentação de agentes políticos vinculados à direita conservadora pela revogação deste direito, representada pela PL 1904/24, que prevê pena de homicídio simples para aborto após 22 semanas de gestação, mesmo em caso de gravidez resultante de estupro.

Entre as disputas das moralidades e racionalidades nas políticas sexuais, e mais especificamente, para a educação em sexualidade, o que vemos são concepções conflituosas de sexualidade, infância, adolescência, juventude, família, gênero e educação. Busco compreender, assim, como essas disputas se conformam e como afetam, de maneira ampla, a política de educação em sexualidade no Brasil contemporâneo.

O que vemos, portanto, é que a política sexual, em seu caráter heterogêneo e instável, vai articulando, em cada momento histórico e contexto nacional, concepções, valores e técnicas de intervenção de ambos os regimes. O que obviamente não significa dizer que, nessa espécie de colcha de retalhos que são as políticas sexuais contemporâneas, algumas cores e formas não predominem ou que algumas linhas de força não ganhem destaque e desenhem um horizonte possível de transformações. E, do que se pode perceber a partir do contexto atual, a sexualidade, ao que parece, estará cada vez mais sendo regida pelo signo dos direitos sexuais. (Carrara, 2015, p. 335)

O dispositivo de sexualidade continua sofrendo com mudanças históricas e, com isso, também incide sobre as políticas sexuais, que se modificam com o passar do tempo. “De 1990 a 2015, a sociedade brasileira lida com profundas mudanças de normas e padrões culturais ligados à sexualidade, absorve o surgimento e a consolidação dos estudos de gênero, e discute diferentes modos de lidar com a sexualidade e aceitar a diversidade” (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019, p. 1257).

Compreender esse fator é de suma importância para analisar o atual contexto que busco apreender neste trabalho. As mudanças que ocorreram entre 2013 e 2018 no campo das disputas políticas foram de grande impacto para o cenário macrosocietário do Brasil. Entre os acontecimentos históricos estão as Jornadas de Junho de 2013, responsáveis pela ascensão de grupos fascistas e anti democráticos no cenário brasileiro; o Golpe de 2016, representado pelo Impeachment da até então Presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff (PT), escrachando o viés sexista e machista dos parlamentares; a ascensão de seu vice, Michel

Temer, para o cargo de Presidente do Brasil e suas medidas conservadoras neoliberais; a eleição de Jair Bolsonaro (até então representado pelo PL), demonstrando a vitória do conservadorismo nas urnas e munido de uma perspectiva anti-gênero, antidemocrática e anti direitos humanos.

“Uma onda de conservadorismo inicia uma cruzada contra atitudes, manifestações e discursos considerados contrários aos princípios ditos cristãos [...] Igualdade entre gêneros, diversidade sexual, homofobia, cidadania, liberdade de expressão são temas associados ao comunismo, à esquerda, ao petismo e passam a ser execrados por setores da sociedade [...] Setores até então ofuscados pela democracia, ganham força fazendo oposição ao então governo do Partido dos Trabalhadores” (Ribeiro; Monteiro, 2019, p. 1257).

A eleição de Jair Bolsonaro acarretou em diversos retrocessos no campo das políticas sexuais e, essencialmente, para a educação em sexualidade de jovens. Bolsonaro assumia a postura de “defesa da família”, que consistia na ideia de que uma denominada “ideologia de gênero” estaria circundando crianças e adolescentes, causando “desvios morais” a esse público. O ataque a grupos marginalizados foi uma de suas principais bandeiras de defesa e um estandarte para sua eleição. Com histórico de falas homofóbicas e racistas<sup>1</sup>, Bolsonaro representa o retrocesso dos direitos sexuais e reprodutivos conquistados ao longo da história do Brasil.

Entre as políticas e projetos apresentados por seu governo, estão o *Plano nacional de prevenção primária do risco sexual precoce e gravidez na adolescência* e o *Guia de autocuidado*: recomendações para prevenção do risco sexual precoce e gravidez na adolescência. Ambos materiais apresentam a nomenclatura “precoce” para se referir à iniciação sexual de jovens abaixo dos 18 anos de idade (Paiva, Brandão, 2023). Tal uso da linguagem nos faz refletir qual a idade ideal para a iniciação sexual e quais construtos históricos, culturais, políticos e sociais estão por trás da estipulação dessa idade “ideal”? É importante destacar que não há um consenso científico que estipule uma idade ideal para a iniciação sexual, mas é de suma importância salientar que os diversos processos sociais e culturais incidem sobre essa iniciação, como já foi explorado anteriormente. Com isso, o governo Bolsonaro falhou em identificar os diversos fatores para a produção de uma política de educação sexual realmente inclusiva, diversificada e transformadora, apostando em medidas conservadoras, repressivas e pouco eficazes, como a abstinência sexual, explorada por Paiva e Brandão (2023).

---

<sup>1</sup> Ver O GLOBO. Bolsonaro diz na TV que seus filhos não correm risco de namorar negras ou virar gays porque foram 'muito bem educados'. O Globo, Rio de Janeiro, 28 mar. 2011. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-na-tv-que-seus-filhos-nao-correm-risco-de-namorar-negras-ou-virar-gays-porque-foram-muito-bem-educados-2804755>. Acesso em: 30 jul. 2025.

A derrota de Jair Bolsonaro nas urnas em 2022 pelo candidato e ex-presidente por dois mandatos anteriores Luiz Inácio Lula da Silva (PT) representou uma vitória para setores progressistas da política. No próximo item, irei explorar as políticas e projetos empreendidos pelo Governo do atual presidente e a perspectiva de educação em sexualidade adotada por este.

### **3.2 Governo Lula (2022-2026) e os projetos e políticas de educação em sexualidade de jovens brasileiros/as**

Esse item, já explorado por mim em outro trabalho (Paiva; Machado; Ribeiro, 2024), remete à necessidade de entender em qual panorama político nos encontramos no momento e quais são as medidas empreendidas pelo governo atual que buscam abarcar as sexualidades juvenis e o processo de ensino e aprendizagem da sexualidade. A partir disso, será possível traçar os tensionamentos e disputas presentes nesse campo.

Durante o discurso de posse da ministra da Saúde, Nísia Trindade, tivemos expressão pública do interesse de parcela importante do governo atual de Lula em certo reposicionamento das narrativas e estratégias políticas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, em especial da juventude. Em seu discurso, a mesma menciona que o governo, por via da construção de comissões transitórias tripartites no âmbito daquele ministério, se comprometia em revogar portarias e notas técnicas que ofendessem a ciência, os direitos humanos e os direitos sexuais e reprodutivos. Em seguida, observa que é fundamental restabelecer o campo de disputas dominado, até então, pelas forças conservadoras. Vale ressaltar que o lema do governo Lula é “união e reconstrução”, sendo que o primeiro termo dessa diáde coloca a necessidade de diálogo entre setores sociais que se posicionam de forma oposta em relação a temas centrais que envolvem os direitos humanos e, entre eles, especialmente os direitos sexuais e reprodutivos da população jovem, nesse caso, mas não somente (Paiva; Machado; Evangelista, 2024). Conforme foi analisado por Paiva e Brandão (2023), a gestão governamental de J. Bolsonaro defendeu a ideia de abstinência (ou adiamento da vida sexual) como panaceia para a questão da “alta” incidência de gravidez na adolescência e como alternativa a ser destacada no contexto das ações educativas em sexualidade (Paiva e Brandão, 2023). E respondeu à gravidade das violências sexuais com crianças e adolescentes no Brasil com políticas fundamentadas em perspectivas familista (privatista), ultraneoliberal e teocrática (Paiva e Brandão, 2023).

Com este cenário, o governo Lula, desde o início, apontou que a ideia era utilizar a política de saúde como principal articuladora para a formação sexual, como forma de deslocar o problema estabelecido em torno da política de educação, e considerando que as próprias narrativas conservadoras afirmam que a gravidez na adolescência e as violências sexuais devem ser tratadas como questão de saúde pública.

Dessa forma, o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Promoção da Saúde da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, formulou o documento, lançado em 2022, denominado *Passo a Passo para a Adesão ao Programa Saúde na Escola: ciclo 2023/2024*. Tal documento retoma o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007 através do decreto nº 6286, com a proposta de alinhar as duas políticas para promover saúde e educação integral. Mais uma vez, a opção foi propor um trabalho intersetorial da saúde com a educação, explicando que o objetivo é, [...] refletir sobre como esses serviços estão se relacionando, qual o padrão de comunicação estabelecido entre as diferentes equipes e serviços, qual o modelo de atenção ao público escolar e qual o modelo de gestão intersetorial produzidos nesses serviços (Brasil, 2022, p. 3).

Ao republicar o Programa Saúde na Escola, que possui como ação prevista no item XII a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, o Ministério da Saúde publicou em 2023 a Nota Técnica nº 5, que tem como propósito orientar o PSE. Assim como os outros, a nota foi elaborada com a intenção de apontar o trabalho intersetorial e que o programa deve estar inserido no projeto pedagógico das escolas. A nota lança o compromisso com o processo de ensino sobre as questões de saúde nas escolas.

Em fevereiro de 2024, durante a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, foi lançada a cartilha on line “Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora”, que apresenta uma perspectiva de rompimento com os direcionamentos dados a estas pautas pelo governo anterior, que implicam em críticas quanto ao fortalecimento do pânico moral em torno sexualidade juvenil, pautando a adolescência e juventude como período fundamental para o aprendizado da sexualidade. Não mais tratada como assunto de cunho puramente familiar, a educação sexual introduzida pelo documento permeia todos os âmbitos da sociedade civil, incluindo a escola como estimuladora da discussão, que deve ser feita de forma crítica e ética (Paiva; Machado; Evangelista, 2024).

O documento apresenta o complexo enredo que circunda a discussão sobre sexualidade no Brasil, explorando os conceitos de moralidade, cultura e liberdade. Ao apresentar os jovens brasileiros como sujeitos dotados de sexualidade, a cartilha faz uma escolha contrária ao moralismo religioso exposto pelas políticas de abstinência sexual



formuladas pelo governo de J. Bolsonaro, entendendo a sexualidade como aspecto fundamental para o desenvolvimento dos corpos, das subjetividades e relações juvenis. A cartilha afirma a capacidade de aquisição de autonomia dos jovens brasileiros através da sexualidade, pois é através dela que esta população pode obter conhecimento sobre prazer, afeto, direitos, identidade, corpo e cuidado. Como exposto neste documento, “é libertador aceitar a própria sexualidade e ser respeitado por ela” (Brasil, 2024, p. 13). Percebe-se, assim, uma aproximação do conceito construtivista da sexualidade, afastando-o de uma visão reducionista e essencialista, com foco na reprodução/contracepção, prevenção de doenças, da violência e gravidez não planejada (Desidério *apud* Malagi e Slongo, 2023, p. 10).

É importante salientar também a compreensão da importância da educação sexual como uma ferramenta de prevenção às violências sexuais e de gênero. Já é possível argumentar que, as políticas conservadoras de abstinência sexual e de responsabilização das famílias sobre a sexualidade, obtiveram resultados nada satisfatórios na proteção de crianças e adolescentes às violências sexuais (Paiva e Brandão, 2023).

De acordo com dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil atingiu o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas (Bueno; Bohnenberger; Martins; Sobral, 2023, p. 154). Esses números alarmantes se tornam ainda mais preocupantes quando incluímos o fenômeno da subnotificação de casos em nossas análises, percebemos que, até mesmo, demonstrar o crescimento da violência sexual no Brasil não é tarefa fácil. Sabemos que a subnotificação ainda é regra nestes casos e está longe de ser uma especificidade do contexto brasileiro.

Não é novidade que a educação em sexualidade é uma arma poderosa na identificação de violências sexuais e de gênero. Uma simples pesquisa no buscador Google já nos exemplifica a efetividade de uma educação sexual transformadora. São recorrentes reportagens atestando a identificação de violência sexual com crianças e adolescentes a partir de atividades ligadas à educação em sexualidade. É imprescindível a participação da escola na discussão, bem como a família, dispositivos governamentais e instituições da sociedade civil.

Já a Nota Técnica Nº 2/2024, trata sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, ocorrida em fevereiro de 2024, e explora a gravidez na adolescência em todas as suas nuances, desde os aspectos biológicos até os aspectos sociais, englobando este tema numa discussão ampliada sobre saúde. A Nota destaca o importante papel da educação sexual como ação preventiva de casos de gravidez na adolescência, apresentando os fatores de riscos sociais e biológicos enfrentados pela população jovem ao gestar. As ações recomendadas pela Nota Técnica incluem: ações de prevenção da violência

sexual e suas repercussões sobre a saúde; componentes educativos, com enfoque de gênero sobre os direitos sexuais e reprodutivos; a corresponsabilidade masculina nos eventos sexuais e reprodutivos; respeito à diversidade sexual e suas manifestações (Brasil, 2024, p. 4).

Além desses materiais, foi organizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania do Governo Lula a Semana Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em parceria com a sociedade civil. O evento comemora os 25 anos de mobilização do 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Segundo o sítio oficial do Governo do Brasil, os debates subsidiarão a implementação de políticas para proteção desta população (Brasil, 2025). Realizada entre os dias 19 e 22 de maio, o evento contou com organização conjunta com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), em parceria com a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (CIEVSCA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, a Rede ECPAT Brasil e Childhood Brasil. O evento ocorreu em Brasília, no Distrito Federal. Durante a exposição, a coordenadora-geral de Promoção de Direitos de Populações Vulnerabilizadas da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Rafaela Lopes, destacou a importância e os desafios de consolidar as regras de proteção vigentes em uma sociedade que ainda naturaliza várias formas de violência. Segundo Rafaela,

temos leis importantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei da Escuta Protegida, que propõem uma compreensão radical: crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e merecem especial proteção por parte do Estado. Mas vivemos em um contexto institucional ainda marcado por relações autoritárias e por desigualdades históricas, como o racismo, o machismo e a LGBTfobia (Brasil, 2025).

O discurso de Rafaela demarca uma importante visão sobre os direitos e os preconceitos vividos por populações vulnerabilizadas vítimas de diversos tipos de violência. esse discurso expõe a importância de debater a violência sexual como tema interseccional, onde todos os marcadores sociais interagem entre si para amplificar ainda mais essa violência.

Entretanto, é importante destacar que tal iniciativa invisibilizou a educação em sexualidade como potencializador dos acessos aos direitos, não sendo mencionada em nenhum material divulgado pelo governo referente à Semana Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Isso gera questionamentos sobre o trabalho intersetorial realizado pelo governo, onde as políticas de educação, saúde e direitos humanos e cidadania acabam por se isolar e delegar a execução das políticas de educação sexual apenas para as pastas vinculadas ao Ministério da Saúde.

Concomitante a essas ações, o MDHC firma parceria para difusão de materiais acessíveis voltado à prevenção de violências contra crianças e adolescentes com e sem deficiência, mostrando um olhar mais inclusivo para este público, compreendendo-o como grupo social que necessita de um olhar mais específico quando se trata da prevenção à violência, especialmente à violência sexual. Através do evento “Diálogos transversais sobre autismo & assinatura de acordo de cooperação técnica para difusão do projeto Eu Me Protejo” marcou assinatura de acordo com o Instituto MetaSocial e escuta ativa sobre autismo com movimentos da sociedade civil.

A proposta da cartilha disponibilizada, denominada como “Eu Me Protejo”, é “ensinar a criança a conhecer seu corpo e se proteger”, segundo o próprio material. Neste material, o tema da prevenção sexual é tratado de forma acessível e utiliza recursos visuais, trazendo a autonomia da criança sobre o próprio corpo para o centro da discussão.

Enfim, o último material analisado foi o Caderno Nº 1 da Coleção Cadernos Temáticos de Educação em Direitos Humanos, cujo tema é “O papel da escola no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes”. O material, produzido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), vinculada ao Ministério da Educação, traz o papel centralizador da escola no combate às violências sexuais, trazendo temas introdutórios sobre o atual panorama das violências sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil, os tipos de violências sexuais que podem acometer esse público, a escola como peça central no sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes e quais ações podem ser empreendidas pela escola para prevenção e/ou denúncia de casos apresentados por alunos. Novamente, não há menção ao termo “educação sexual” no documento analisado, mesmo essa sendo uma medida de educação em sexualidade e de proteção dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens brasileiros. Cabe-nos questionar se a onda do conservadorismo, o pânico moral em torno das sexualidades juvenis e a polemização midiática que circunda o tema da educação sexual gera, consequentemente, uma recusa e invisibilização deste termo por parte de setores não vinculados às pastas da saúde do governo Lula.

A partir disso, é possível afirmar que o Brasil ainda enfrenta os reflexos do avanço do conservadorismo e do fundamentalismo religioso, que servem de base para políticas cada vez mais conservadoras e de ataques aos direitos sexuais e reprodutivos conquistados até então. Os ataques à educação sexual tornaram-se recorrentes, resultando em projetos de lei e propostas de políticas que impõem limitações e reveses para as políticas relacionadas aos direitos humanos, entre elas a educação sexual.

A partir deste prisma, busco realizar no próximo item a explicitação dos agentes políticos presentes no âmbito federal que incidem diretamente sobre as políticas de educação em sexualidade, além de analisar os discursos expressos por estes atores.

### **3.3 Quem tem medo das sexualidades juvenis?**

Nessa seção, busco expor os agentes políticos responsáveis pela discussão da educação em sexualidade em âmbito federal, compreendendo esses agentes como formuladores de políticas públicas e compreendendo a educação em sexualidade também como uma questão de saúde pública.

Um dos exemplos que invisibilizam a educação em sexualidade e os direitos sexuais e reprodutivos como questão de saúde pública é o Projeto de Lei nº 1904/24, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos de gravidez resultante de estupro. Faz-se *mister* ressaltar que o acesso ao aborto legal no Brasil é extremamente doloroso e adoecedor para as vítimas, já violada e revitimizada, devido à pequena rede especializada que realiza o procedimento e a demorada judicialização da solicitação de interrupção da gravidez decorrente de um abuso, além da pressão social causada por grupos religiosos e neofascistas, contrários aos direitos sexuais e reprodutivos e à própria educação sexual.

Um dos grandes agentes políticos desta proposta é o então Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL-MG), deputado federal mais votado da história do Brasil. Conhecido por defender uma política pautada nos interesses da família (cis-heteronormativa) e munido de ideais neopentecostais de cunho fundamentalista, Nikolas vem destilando ataques aos grupos marginalizados, à diversidade sexual e à própria educação sexual. Não destacamos este parlamentar ao acaso, mas sim por ocupar grande espaço nas discussões sobre educação sexual no Brasil. Nikolas foi eleito como presidente da Comissão de Educação na Câmara dos Deputados no dia 06 de março de 2024.

Quando perguntado sobre educação sexual em entrevista ao canal CNN, no dia 07 de março de 2024, Nikolas faz a seguinte colocação: “Sou contra o professor se colocar na posição de educador sexual, contra o que passar de biologia”, afirmou. “A educação sexual se dá em casa com os pais. O tema deve ser tratado na escola porque é um tema de biologia. Inclusive se as pessoas se ativessem mais às questões biológicas, teriam menos discussões com relação a isso”.

Ao adotar essa visão, Nikolas utiliza um discurso biologizante, familista e acrítico da educação sexual, despidendo-a de todo contexto e não levando em conta outros marcadores sociais que atravessam a vida dos jovens. Tal visão impossibilita a implementação de uma educação sexual transformadora, retrocedendo sempre ao datado e insuficiente molde da educação sexual tradicional, como exposto por Brandão e Lopes (2018), a educação sexual, quando ocorre no contexto escolar brasileiro, ainda enfrenta o desafio de extrapolar a dimensão meramente biológica da sexualidade, e superar a ênfase estrita na prevenção de gravidez na adolescência e de infecções sexualmente transmissíveis e HIV/Aids. A sexualidade continua sendo abordada na perspectiva do risco e das doenças, para prevenir os problemas de saúde como forma de controle dos agravos (Palma et al., 2015).

Ademais, esse discurso demonstra um essencialismo bastante incorporado nos discursos conservadores sobre a sexualidade. Gayle Rubin, ao analisar o axioma do essencialismo sexual, aponta:

O essencialismo sexual é incorporado no saber popular das sociedades ocidentais, as quais consideram o sexo como eternamente imutável, a-social e transhistórico. Dominado por mais de um século pela medicina, psiquiatria e psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo. Estes campos classificam o sexo como propriedade dos indivíduos. Talvez seja inerente aos hormônios ou a psique. Talvez seja construído como fisiológico ou psicológico. Mas dentre essas categorias etnocientíficas, a sexualidade não tem história e tampouco tem determinantes sociais significativos (Rubin, 2012).

Outra ofensiva aos direitos sexuais e reprodutivos é representada pelo PL n.4005/2023, de autoria do deputado Jeferson Rodrigues. O PL dispõe sobre “a obrigatoriedade de realização de palestras educativas sobre os efeitos do aborto nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.” O artigo 1º demarca que “fica instituída a obrigatoriedade de realização de palestras educativas sobre os efeitos físicos, psicológicos, sociais e éticos do aborto nas escolas públicas de ensino fundamental e médio em todo o território nacional.” Esse projeto expõe uma visão conservadora camuflada de um propósito de saúde pública, citando os efeitos negativos do aborto, mas não abarcando os casos em que o aborto ocorre, suas motivações e até mesmo as formas de prevenção da gravidez indesejada. O PL ainda cita: “Este projeto de lei surge como um compromisso firme com a preservação da vida, visando proporcionar uma educação abrangente e controlada sobre os efeitos do aborto, permitindo que os estudantes compreendam as várias dimensões do tema.” A PL aborda uma visão moralista do aborto e, além disso, delega a responsabilidade de realização dessas ações a assistentes sociais, dentre outros profissionais.

Além disso, podemos citar o Projeto de Decretos Legislativo n.346/2025, protocolado pela deputada Cris Tonietto, que “susta os efeitos da Resolução nº 265, de 12 de junho de 2025, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece diretrizes para o enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes, por extrapolar os limites da competência regulamentar e contrariar preceitos constitucionais e legais.” Entre as justificativas do PDL, a deputada inclui:

A Resolução nº 265, de 12 de junho de 2025, do CONANDA, ao estabelecer diretrizes para o enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes, reveste-se de aparente legitimidade, ao abordar um tema sensível e relevante. Contudo, à luz de uma análise criteriosa, constata-se que diversos de seus dispositivos extrapolam o poder regulamentar, afrontando o princípio da legalidade (art. 5º, II, da CF), a autoridade do Congresso Nacional e o poder familiar garantido constitucionalmente.

O referido ato normativo promove a inserção de diretrizes ideológicas, como a naturalização do aborto como pseudodireito, a difusão da ideologia de gênero e a imposição de uma “educação sexual abrangente” desconectada e distante da autoridade familiar. Tais medidas configuram manifesta usurpação de competência legislativa, promovendo alterações de cunho substantivo na ordem jurídica contrariando, por sua vez, o devido processo legislativo.

Trata-se de mais um capítulo de uma atuação que se revela orientada por viés ideológico. Em vez de preservar a neutralidade institucional e o respeito ao pacto constitucional, o CONANDA tem se valido de seu papel normativo para introduzir termos, conceitos e diretrizes desconectados do ordenamento jurídico, apropriando-se de temas consensuais — como o combate à violência — para legitimar políticas públicas de viés identitário e antijurídico.

A linguagem utilizada pela Resolução — com expressões como “corpos gestantes”, “direitos sexuais e reprodutivos”, “educação sexual emancipatória” e “identidade de gênero” — revela uma tentativa de impor, sem respaldo legal, uma nova gramática social e jurídica ao Estado brasileiro.

A passagem mostra, mais uma vez, a intolerância por parte de setores conservadores a qualquer perspectiva de ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, negando a diversidade sexual e de gênero presente no país e expondo um discurso preconceituoso e moralista. Demarca uma ofensiva aos direitos sexuais já conquistados, os denominando de forma descrideriosa de “ideologia de gênero”. Segundo Bittencourt e Oliveira (2023, p. 12), “a ‘ideologia de gênero’ foi cunhada como um recurso retórico para barrar os avanços de direitos humanos LGBTQIA+ e um instrumento de violência simbólica contra essa população”. Além disso, ao analisar as falas da Ex-ministra do MMFDH e durante o governo Bolsonaro e atual Senadora Damares Alves que reforçavam papéis e estereótipos de gênero, os autores expõem que o termo “Ideologia de gênero” “[...] pode ser entendido como a crença de que esses papéis considerados ‘naturais’ jamais podem ser colocados em questão, apontando a ‘teoria de gênero’ ou a ‘ideologia de gênero’ como um inimigo” (p. 2-3). Além disso, como afirmam Lionço *et al.*,

A noção de “ideologia de gênero” tem sido absorvida pelo senso comum e largamente utilizada nas polêmicas morais em torno de pautas políticas relacionadas a gênero e sexualidade. É uma construção retórica utilizada para atacar os direitos sexuais e a produção sobre gênero e sexualidade no âmbito acadêmico. A presunção de que o mundo assiste à propagação de uma “ideologia de gênero” foi originalmente acionada por autoridades eclesiais católicas para promover um clima de pânico moral em torno a uma iminente ruína moral da civilização humana, tendo sido, em seguida, apropriada por fundamentalistas religiosos/as neopentecostais. Dessa confluência resultou uma ação coordenada dessas/es atrizes/atores para incidir em debates sobre proposições legislativas e de políticas públicas no campo da educação pública (Lionço *et al.*, 2018, p. 601).

O último documento oficial de governo que apresento é o PL n.4844/2023, de autoria do deputado Rodolfo Nogueira. Neste PL, ocorre o ataque direto à educação sexual. O PL dispõe sobre “a proibição da educação sexual nas escolas de educação básica.” Entre os objetivos do PL estão:

Art. 1º Esta Lei proíbe a educação sexual nas escolas de educação básica.  
 Art. 2º Para Fins desta Lei entende-se por educação sexual toda e qualquer atividade de ensino, orientação ou informação que trate de temas relacionados à sexualidade, incluindo:  
 -Aspectos biológicos: o desenvolvimento do corpo e das funções sexuais;  
 -Aspectos psicológicos: as emoções e os sentimentos relacionados à sexualidade;  
 -Aspectos sociais: as relações interpessoais e os papéis de gênero;  
 -Aspectos éticos: os valores e os direitos relacionados à sexualidade.  
 Art. 3º A escola não poderá ministrar aulas de educação sexual, independentemente do consentimento dos pais ou responsáveis legais.

Em suas justificativas, o PL apresenta o seguinte texto:

O presente projeto de lei surge como um reflexo do nosso compromisso com o respeito às convicções individuais e familiares.

Acreditamos que a família é o principal responsável pela educação sexual dos filhos. Os pais ou responsáveis legais estão em melhor posição para abordar esse assunto de forma adequada, respeitando os valores e crenças da família.

A educação sexual ministrada nas escolas pode ser inadequada para algumas famílias, pois pode conflitar com seus valores e crenças. Nesses casos, a escola não deve ministrar esse conteúdo, mesmo com o consentimento dos pais ou responsáveis legais.

A presente lei visa proteger o direito das famílias de educar seus filhos de acordo com suas convicções.

O PL acima é o exemplo perfeito de como o conservadorismo enxerga a educação sexual: como assunto privado, de cunho familiar, ignorando totalmente os dados de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. O PL apresenta um texto infundado, carregado de moralismos e de uma visão superficial sobre a educação em sexualidade.

O PL coaduna com a visão do deputado Marcos Feliciano, conhecido por suas falas racistas e LGBTQIAPN+fóbicas. Segundo o deputado e pastor, “A escola ensina, mas quem educa são os pais. Vão sexualizar as nossas crianças.” Como rebatimento a essa fala, a deputada Tabata Amaral aponta: “Muitas famílias não têm condição de orientar seus filhos, por isso precisamos da presença do Estado para garantir essa educação.”

Apesar das investidas conservadoras, vemos também apoio à educação sexual no congresso. Sobre a aprovação na Câmara do projeto que cria cadastro de pedófilos e permite castração química de condenados, a deputada Talíria Petrone, conhecida por suas falas a favor dos direitos humanos, dos direitos sexuais e reprodutivos e por seu alinhamento aos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, expõe que "essa ideia é uma farsa [...] Aquele que for castrado vai violentar aquela criança com um pedaço de madeira, com outras formas, porque tem a relação com o poder. O estupro e a violência sexual têm relação com o poder. Antes de tudo, é preciso haver educação sexual nas escolas, prevenção, campanhas."

O discurso de Talíria expõe a educação sexual como potencial ação preventiva a abusos sexuais, fato já muito explorado e conhecido. A fala ainda perpassa a construção de um poder em torno do ato da violação, principalmente relacionada ao gênero masculino, que representa o gênero que mais abusa, em detrimento da violação do gênero feminino, que constitui maior número de vítimas de abuso, como já foi explorado anteriormente.

Com isso, é importante não apenas analisar os materiais formulados pelo governo Lula que tratam sobre a educação sexual, mas também todo o contexto dos atores políticos envolvidos na trama brasileira das sexualidades juvenis. Há avanços inegáveis em relação ao governo anterior no que tange às discussões sobre sexualidade e nas ações tomadas pelo governo para democratizar e aprimorar a discussão, porém é necessário estar sempre atento ao percurso histórico do conservadorismo que assola o momento político atual.

#### **4 CONCLUSÃO**

Este trabalho evidenciou que a educação em sexualidade no Brasil não é apenas uma questão pedagógica ou de saúde pública — é, antes de tudo, um campo de disputa política, ideológica e cultural. Ao longo da pesquisa, ficou claro que falar sobre sexualidade, especialmente no que diz respeito à juventude, significa confrontar estruturas históricas de poder que insistem em controlar corpos, desejos e identidades. Significa também enfrentar narrativas moralistas e conservadoras que, sob o manto da “proteção da família” ou da “defesa dos valores”, negam direitos, invisibilizam diversidades e perpetuam violências.

A trajetória histórica analisada mostrou que a educação sexual, desde suas origens higienistas e normativas, foi moldada por interesses políticos que raramente colocaram no centro os direitos e a autonomia dos sujeitos jovens. As políticas implementadas nas últimas décadas oscilaram entre avanços importantes — como a incorporação de gênero e diversidade nos currículos escolares e o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos — e



retrocessos profundos, especialmente sob o governo de Jair Bolsonaro, quando a abstinência sexual e o discurso familista ocuparam o lugar de políticas públicas baseadas em evidências, ciência e direitos humanos.

O governo Lula (2023-2026) representa, sem dúvida, uma retomada da agenda progressista, com iniciativas que apontam para a reconstrução de políticas sexuais, como a cartilha “Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora” e ações intersetoriais via Programa Saúde na Escola. No entanto, a pesquisa mostrou que mesmo nesse contexto há sinais de cautela e autocensura: o termo “educação sexual” é evitado em determinados materiais, revelando a força ainda presente do conservadorismo, que atua para manter o tema como tabu e para deslegitimar sua abordagem nas políticas públicas.

O mapeamento dos discursos de atores políticos deixa evidente que figuras como o deputado Nikolas Ferreira, ao propagar visões biologizantes, moralistas e acrílicas, representam uma ofensiva organizada contra qualquer tentativa de educação sexual emancipatória. Projetos de lei como o PL 1904/24, que criminaliza o aborto após 22 semanas mesmo em casos de estupro, escancaram a lógica de controle sobre corpos femininos e dissidentes, além de atacar frontalmente direitos historicamente conquistados.

Diante desse cenário, este trabalho afirma que defender a educação em sexualidade significa defender a democracia, os direitos humanos e a própria dignidade das juventudes. Não se trata apenas de prevenir doenças ou gravidez na adolescência — trata-se de garantir que jovens possam conhecer, viver e expressar sua sexualidade com liberdade, respeito, cuidado e prazer. Trata-se de reconhecer que corpos e identidades são diversos, e que essa diversidade deve ser celebrada e protegida, e não reprimida.

Por isso, a consolidação de uma educação sexual transformadora exige o reconhecimento da juventude como sujeito político, capaz de reivindicar e exercer seus direitos; a superação definitiva de modelos puramente biologizantes, preventistas e moralizantes, substituindo-os por abordagens integradoras que incluam consentimento, prazer, diversidade e combate a todas as formas de violência; a atuação articulada entre educação, saúde e direitos humanos, garantindo que a pauta não fique refém de um único setor ou pasta governamental; a resistência ativa contra retrocessos legislativos, pressões fundamentalistas e estratégias de censura ou invisibilização.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

BARBOSA, D.; VIÇOSA, J.; FOLMER, T. R. A. Educação sexual no Brasil: um histórico das políticas públicas. In: VII Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/Cátedra UNESCO). [S. l.], 2019.

BarbosaL. U.; ViçosaC. S. C. L.; FolmerV. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 11, n. 10, p. e772, 8 jul. 2019.

BITENCOURT, Leandro de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. ‘Meninos vestem azul e meninas vestem rosa’: Análise do Discurso Crítica sobre a ‘ideologia de gênero’ no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 47, n. especial 1, e9092, dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-28982023E19092P>.

BOZON, Michel. Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 172p.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo n. 346, de 2025. Susta os efeitos da Resolução nº 265, de 12 de junho de 2025, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece diretrizes para o enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes, por extrapolar os limites da competência regulamentar e contrariar disposições legais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_visual\\_impress?idProposicao=2527743](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_visual_impress?idProposicao=2527743). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 4005, de 2023. Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de palestras educativas sobre os efeitos do aborto nas escolas públicas de ensino fundamental e médio. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2380799>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 4844, de 2023. Dispõe sobre a proibição da educação sexual nas escolas de educação básica. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2394104>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação; Ministério da Saúde. Brasil Sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 2, 6 dez. 2007. Disponível em: Portal da Legislação. Acesso em: [data de acesso].

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação; ECOS Comunicação em Sexualidade. Caderno Escola Sem Homofobia. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf> . Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção Primária à Saúde; Departamento de Promoção da Saúde. Passo a Passo para Adesão ao Programa Saúde na Escola: ciclo 2023/2024. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/webinario-vai-orientar-gestores-do-sus-sobre-adesao-ao-programa-saude-na-escola/image1.pdf> . Acesso em: 13 ago. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Universidade de Brasília/Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 32 p.

Brasil. Ministério da Saúde. Nota técnica n. 2/2024 - Secretaria de Atenção Primária à Saúde/Ministério da Saúde - trata da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência - “Prevenção da Gravidez na adolescência, promovendo a saúde e garantindo direitos”. Ministério da Saúde/Brasília, 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Nota técnica n. 5/2024 (CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS)- Documento Orientador do Programa Saúde na Escola: Indicadores e Padrões de Avaliação do Ciclo 2023/2024. Ministério da Saúde/Brasília, 2024.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Caroline; MARTINS, Daniel; SOBRAL, Isis. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara aprova projeto que cria cadastro de pedófilos e permite castração química de condenados. Câmara dos Deputados, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1120930-camara-aprova-projeto-que-cria-cadastro-de-pedofilos-e-permite-castracao-quimica-de-condenados/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 1.904, de 2024. Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao art. 125, um segundo parágrafo ao art. 126 e um parágrafo único ao art. 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. Apresentado

em 17 mai. 2024. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>.

Acesso em: 13 ago. 2025.

CARRARA, Sergio; HEILBORN; Maria Luiza (orgs.). Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SPM, 2009.

CARRARA, Sérgio. MORALIDADES, RACIONALIDADES E POLÍTICAS SEXUAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. *Mana*, v. 21, n. 2, p. 323–345, ago. 2015.

CARVALHO, Marcos Castro; SÍVORI, Horacio Federico. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, p. e175017, 2017. DOI: 10.1590/18094449201700500017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/SpN5YCvh3JFC6BsHYtjYQTH/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CETRONE, Camila. Mais de 5 mil meninas vítimas de estupro deram à luz no Brasil até junho de 2023. *Marie Claire*, São Paulo, 17 out. 2023. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/direitos-reprodutivos/noticia/2023/10/mais-de-5-mil-meninas-vitimas-de-estupro-deram-a-luz-no-brasil-ate-junho-de-2023.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CNN BRASIL. Nikolas à CNN: Existem diversos questionamentos ao ministro da Educação. *CNN 360°*. YouTube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UKQjrpB5jLs>. Acesso em: 13 ago. 2025.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics*. Londres: Routledge, 1987.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Criança denuncia padrasto por estupro após entender abusos em aula sobre educação sexual, em Ponta Grossa. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2024/07/09/crianca-denuncia-padrasto-por-estupro-apos-entender-abusos-em-aula-sobre-educacao-sexual-em-ponta-grossa.ghtml>. Acesso em: 16 mar. 2025.

EU ME PROTEJO. Cartilha "Eu Me Protejo". Disponível em: [eumeprotejo.com/cartilha](http://eumeprotejo.com/cartilha). Acesso em: 13 ago. 2025.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 4, p. 123-133, set. 1998.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a

FOUCAULT, Michel. Resumos dos Cursos do Collège de France. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 175.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018.

HEILBORN, M. L.. Entre as tramas da sexualidade brasileira. Revista Estudos Feministas, v. 14, n. 1, p. 43–59, jan. 2006.

HEILBORN, M. L.. Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência. Psicologia Clínica, v. 24, n. 1, p. 57–68, 2012.

HEILBORN, Maria Luiza (Org.). Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 205 páginas.

HEILBORN, Maria Luiza. Experiência da Sexualidade, Reprodução e Trajetórias Biográficas Juvenis. In: HEILBORN, Maria Luiza. (Org.) O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros: Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006. 536p.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 32, p. 119–142, maio 2019.

LIONÇO, Tatiana . “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. Psicologia Política, v. 18, n. 43, p. 599-621, set.–dez. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, sexualidade e escola: alguns desafios. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 1-20, 2000.

LOYOLA, M. A. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: HEILBORN, M. L. (Org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999. p.31-39.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935–952, set. 2014.

MACHADO, Ralph; DOEDERLEIN, Natalia. Câmara aprova projeto que cria cadastro de pedófilos e permite castração química de condenados. [S. l.]: Câmara dos Deputados, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1120930-camara-aprova-projeto-que-cria-cadastro-de-pedofilos-e-permite-castracao-quimica-de-condenados>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Mais de 5 mil meninas vítimas de estupro deram à luz no Brasil até junho de 2023.

Disponível em:

<<https://revistamarieclaire.globo.com/direitos-reprodutivos/noticia/2023/10/mais-de-5-mil-meninas-vitimas-de-estupro-deram-a-luz-no-brasil-ate-junho-de-2023.ghtml>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MALAGI, A.; SLONGO, I. I. P. ITINERÁRIOS DA (DES) OFICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS: uma perspectiva histórica. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 1–14, 2023. DOI: 10.15687/rec.v16i2.64726. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/64726>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC). MDHC firma parceria para difusão de materiais acessíveis voltado à prevenção de violências contra crianças e adolescentes com e sem deficiência. Brasília: MDHC, 29 abr. 2025. Disponível em:

[gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril/direitos-humanos-firma-parceria-para-difusao-de-materiais-acessiveis-voltado-a-prevencao-de-violencias-contra-criancas-e-adolescentes-com-m-deficiencia](https://gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril/direitos-humanos-firma-parceria-para-difusao-de-materiais-acessiveis-voltado-a-prevencao-de-violencias-contra-criancas-e-adolescentes-com-m-deficiencia). Acesso em: 13 ago. 2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC). MDHC realiza Semana Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em parceria com a sociedade civil. Brasília: MDHC, 30 abr. 2025 (atualizado em 08 maio 2025). Disponível em:

[gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/mdhc-realiza-semana-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-parceria-com-a-sociedade-civil](https://gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/mdhc-realiza-semana-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-parceria-com-a-sociedade-civil). Acesso em: 13 ago. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE. Caderno temático: Educação em Direitos Humanos. 1. ed. Aracaju: Ministério Público de Sergipe, 2024. Disponível em: <https://www.mpse.mp.br/wp-content/uploads/2024/06/Caderno-tematico-Educacao-em-Direitos-Humanos-1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

OAKLEY, A. Sexo e gênero. *Feminismos*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 64-71, jan./abr. 2016. Disponível em:

<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/393/216>

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PAIVA, Sabrina Pereira; BRANDÃO, Elaine Reis. Abstinência sexual como política pública? Governo Bolsonaro e a (des)educação em sexualidade. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 21, n. 53, 2023. DOI: 10.12957/rep.2023.78949. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/78949>.

PAIVA, Sabrina Pereira; BRANDÃO, Elaine Reis. Abusos sexuais de crianças e adolescentes: não podemos ‘aguentar mais um pouquinho’!. *Argumentum*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 188–201, 2023. DOI: 10.47456/argumentum.v15i1.38931. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/38931>.

PAIVA, Sabrina Pereira; MACHADO, Yuri Carvalho; RIBEIRO, Leticia Evangelista. A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE JOVENS BRASILEIROS/AS: POLÍTICAS, PROJETOS E RECOMPOSIÇÃO DE FORÇAS NA GESTÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2023-2024/1) In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, XVIII, 2024, Fortaleza. Anais do XVIII ENPESS, Fortaleza, ABEPSS, 2024.

PALMA, Yáskara Arrial; PIASON, Aline da Silva; MANSO; Almudena Garcia Manso; STREY, Marlene Neves. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. *Temas em Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015 <10.9788/TP2015.3-16>.

PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*. 5. ed. Textos escolhidos por Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PIROTTA, W. R. B.; PIROTTA, K. C. M. Relações de gênero e poder: os adolescentes e os direitos sexuais e reprodutivos no Estatuto da Criança e do Adolescente. In: ADORNO, R. C. F.; ALVARENGA, A. T.; COSTA, M. P. (Org.). *Jovens, trajetórias, masculinidades e direitos*. São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 75-90

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REINACH, Sofia; BARROS, Betina Warmling. O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 188-203, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

Reverendo A História Da Educação Sexual No Brasil: Ponto De Partida Para Construção De Um Novo Rumo. *Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente*, v. 4, n. 4, 2009. DOI: 10.14572/nuances.v4i4.84. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/84>. Acesso em: 13 ago. 2025.

RIBEIRO, F. L.; MONTEIRO, L. C. A educação sexual no Brasil: um histórico das políticas públicas. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 28, n. 68, p. 1255-1275, 2019.

RIBEIRO, P. R. M.; MONTEIRO, S. A. de S. Avanços e retrocessos da educação sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1254-1264, 2019. DOI: 10.21723/riace.v14iesp.2.12701. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12701>. Acesso em: 13 ago. 2025.

RUBIN, Gayle S. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 41-81, 2003.

TEMER, Luciana. Violência sexual infantil: aumentaram os casos ou as denúncias. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 204-213, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

TOLENTINO, Juliana; BATISTA, Nicole. Gênero, sexualidade e decolonialidade: reflexões a partir de uma perspectiva lésbica. *Três Pontos*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 141-157, 2017. Disponível em: [\[https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/15229\]](https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/15229)(<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/15229>). Acesso em: 13 ago. 2025.

VEJA. Ala conservadora do Congresso tenta barrar volta da educação sexual. *Veja*, [S. l.], 14 ago. 2024. Disponível em: [\[https://veja.abril.com.br/brasil/ala-conservadora-do-congresso-tenta-barrar-volta-da-educacao-sexual/\]](https://veja.abril.com.br/brasil/ala-conservadora-do-congresso-tenta-barrar-volta-da-educacao-sexual/)(<https://veja.abril.com.br/brasil/ala-conservadora-do-congresso-tenta-barrar-volta-da-educacao-sexual/>). Acesso em: 13 ago. 2025.

VIVENDO A ADOLESCÊNCIA. Vamos falar de sexo? 2022. Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/sexualidade>. Acesso em: 08 mar. 2025